

O diagnóstico unânime da doença do Brasil

Can. Brand
JORNAL DA TARDE

O quadro de crise do Estado brasileiro é sobejamente conhecido. Raras vezes, porém, surgem oportunidades para uma análise objetiva dos diversos desdobramentos dessa crise, e do seu impacto sobre toda a sociedade, como a que foi proporcionada na última terça-feira pelo painel da revista **Exame**, do qual participaram o ministro Maílson da Nóbrega, os economistas Affonso Celso Pastore e João Manoel Cardoso de Mello, os sociólogos Hélio Jaguaribe e Luciano Martins e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Márcio Fortes.

27 APR 1980

A conclusão geral do encontro, como se esperava, foi o consenso em torno da urgente necessidade de negociar uma ampla reforma do Estado, a redefinição das funções do setor público e a adaptação da Constituição de 1988 à realidade. Nesse particular, a posição mais clara foi a do ministro Maílson da Nóbrega, que resumiu o problema numa única frase: "Quando uma constituição tira recursos do governo federal, aumenta seus encargos e vincula verbas, a conta simplesmente não fecha".

Em termos de diagnóstico da crise, a opinião dos participantes, apesar de diversificada, convergiu para a pesada herança que o próximo presidente da República vai receber. Ela inclui uma inflação acelerada; uma dívida pública rolada no **overnight** (em virtude da aversão dos investidores por um prazo maior, já que o Estado brasileiro é hoje um péssimo risco); a incompetência da máquina estatal para resolver os problemas que constituem a sua razão de ser e ainda por cima contaminada pela corrupção; uma Constituição parlamentarista num regime presidencialista de transição; e uma economia com um potencial enorme, mas ameaçada pelo atraso tecnológico.

São esses os grandes desafios que esperam o sucessor do presidente Sarney, que durante o seu mandato não conseguiu encontrar soluções nem ao menos apontar caminhos. O atual governo lega um Estado praticamente falido e uma sociedade com 80 milhões de pobres. É exatamente por isso que o professor Affonso Celso Pastore lembra que não existe opção entre crescer e não crescer, pois se não houver expansão econômica o agravamento das tensões sociais será inevitável.

Contudo, a possibilidade de crescer depende diretamente da realização de investimentos produtivos. No momento, apenas o setor privado mantém sua capacidade de poupar e investir, mas, como lembraram Maílson da Nóbrega e o professor Pastore, o Estado, que durante vários anos foi responsável por investimentos da ordem de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), se transformou num despoupador.

Dessa forma, uma maneira de romper o presente cenário de estagnação seria o investimento estrangeiro. Todavia, na opinião do presidente do BNDES, Márcio Fortes, nos próximos 15 anos o Brasil não poderá contar com uma contribuição expressiva dos investidores externos, uma vez que mesmo nos anos de crescimento acelerado, entre o final dos anos 60 e o início dos anos 80, essa contribuição foi de pouco menos de um décimo da poupança total utilizada.

Em nossa opinião, esse raciocínio do presidente do BNDES é excessivamente pessimista. Ele supõe que os investidores estrangeiros se comportarão como fizeram no passado, num mundo que se caracteriza por uma mobilidade muito maior dos fluxos de capital e por um volume de comércio crescente.

Um país como o Brasil teria tudo para entrar no reduzido grupo das economias plenamente desenvolvidas se não tivesse aprovado uma Constituição que hostiliza o capital estrangeiro e concede uma série de benefícios enganosos sem pensar nas consequências desse distributivismo suicida para as já arrasadas finanças públicas.

É claro que nenhum investidor estrangeiro vai pensar em aplicar capitais num país que impede a entrada de novas tecnologias com uma absurda reserva de mercado no setor de informática ou que vai gastar em 1990 entre 9 e 12% do PIB apenas com as despesas do sistema de Previdência Social. Mas, se forem removidos esses obstáculos institucionais produzidos por uma classe política de mentalidade arcaica agarrada a um nacionalismo antediluviano, e se for dado aos capitais externos tratamento igual ao nacional, não temos dúvida de que poderíamos receber um volume de investimentos muito maior do que o registrado nos tempos do chamado milagre brasileiro.

Os participantes do painel lembraram ainda, com razão, que a escassez de recursos para investimentos não é o único obstáculo à volta do crescimento. A inflação crônica, os problemas financeiros do governo e as incertezas do quadro político igualmente prejudicam as decisões empresariais, sobretudo quando se sabe que a missão principal do ministro Maílson da Nóbrega se resume em evitar a hiperinflação até a troca de governo e em preparar um dossier completo sobre a crise, a fim de preparar o terreno para a próxima administração. Para os membros do painel, os estreitos limites da ação do ministro Maílson da Nóbrega são dados pelos interesses encastelados na burocacia estatal, pela resistência irracional do Congresso às medidas saneadoras, pela defesa intransigente de privilégios setoriais e regionais e por uma falta de realismo chocante.

Costuma-se dizer que um bom diagnóstico representa metade da cura. Só que no caso o doente é o Brasil e o diagnóstico já foi feito há muito tempo sem resultados práticos. Agora chegou o momento de agir e de cobrar dos candidatos à Presidência um programa de ação para mudar o estado de ânimo do paciente e prepará-lo para uma série de atos cirúrgicos destinados a extirpar esses tumores que devoram as suas melhores energias.